



vento sul

Novo Projeto Institucional 2006/2012

Após um bom debate interno com seus sócios, educadores e convidados que se estendeu durante o final do ano que passou e o início deste, o CAMP definiu para os próximos sete anos seu novo Projeto Institucional. Terá caráter não governamental e sem fins lucrativos. O CAMP vai continuar atuando como sujeito autônomo comprometido com as mudanças sociais, com a radicalização da democracia, com o controle social do Estado, com a luta contra as injustiças, as discriminações e todas as formas de exploração. Estes objetivos serão construídos com base num novo processo de desenvolvimento que seja duradouro, envolvendo os mais diferentes atores sociais com sustentabilidade ambiental, valorizando a diversidade, a satisfação dos direitos humanos, social e cultural para a maioria do povo brasileiro. **Página 4**

Decidindo um novo rumo para o Rio Grande

Nesta e nas próximas edições do Vento Sul você terá artigos de convidados debatendo temas como economia, política, saúde, segurança, definindo os caminhos, as escolhas que devemos fazer para ter o Rio Grande que realmente desejamos. **Página 8**



Feiras da economia solidária uma das apostas do CAMP

outra economia

Feiras: fortalecimento, organização e viabilidade econômica

Para os mais diferentes, setores em todas as formas de atividades econômicas, as feiras foram e continuam sendo espaços fundamentais para afirmar produtos, marcas e serviços, identificar parceiros e conhecer as novidades tecnológicas nos seus setores, fazer bons negócios, através da venda e entrega de produtos e acertar vendas futuras. Para os empreendimentos de economia solidária não é diferente. Elas são indispensáveis para a

divulgação da economia solidária para o conjunto da sociedade e para viabilizar uma renda para os trabalhadores desta outra economia, que a cada feira vem multiplicando os seus resultados, afirmando a sua existência e a sua identidade.

A economia solidária do Rio Grande do Sul vem acumulando um bom aprendizado na realização dessas feiras. Há mais de 12 anos, grupos e empreendimentos de economia solidária, entidades de

apoio e, mais recentemente, alguns gestores públicos vêm apostando nesse tipo de espaço para ampliar a integração e as trocas de experiências, fortalecendo sua organização, divulgando o que é e o que representa a economia solidária, dando visibilidade para o conjunto da sociedade da sua identidade e do seu potencial enquanto alternativa de geração de trabalho, renda e de desenvolvimento sustentável.

Página 3

a palavra

Para começar uma pequena parte da ata de fundação do CAMP em 27 março de 1983 - está lá na sua abertura: "apoiar a construção de instrumentos de organização dos trabalhadores urbanos e rurais, auxiliar na qualificação das suas lutas e na capacitação das suas lideranças e dirigentes". Muita coisa rolou ao longo dos últimos 23 anos e o CAMP esteve presente em muitas frentes. Participou da criação de importantes movimentos sociais, qualificou diferentes agentes técnicos/políticos, solidificou relações - transformou a vontade e o trabalho de muitos numa referência institucional.

Neste momento tão importante da vida nacional, com o rebaixamento geral do debate político e um colapso ético, reafirmamos nossa certeza e vontade de continuar com a boa e justa luta, determinados a construir instrumentos de transformação para a maioria do povo brasileiro.

Solidariedade foi a palavra que alimentou cada iniciativa nestes 23 anos do CAMP. São mais de duas décadas de uma ligação vigorosa com os movimentos sociais, com os grupos mais marginalizados pelo processo massacrante da globalização. São 23 anos de encontros, debates, crescimento interior e muita luta.

Para continuar o desafio, o CAMP definiu seu novo Projeto Institucional para os próximos sete anos. Continuará atuando como sujeito autônomo comprometido com as mudanças sociais, com a radicalização da democracia, com o controle social do Estado, na luta contra as injustiças, as discriminações e todas as formas de exploração.

Nesta edição, mostramos um pouco do nosso novo Projeto, desta nova forma de fazer economia, popular e solidária, os Consórcios da Juventude, nossa nova sede e, queremos iniciar agora - quando se aproxima um novo momento eleitoral - um debate sobre os caminhos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Boa leitura.

Estágio em Quebec

A partir da metade de setembro de 2006, duas pessoas ligadas ao CAMP realizarão um estágio em organizações que trabalham com economia solidária na região de Montreal, Quebec. Este estágio dá continuidade ao intercâmbio entre CAMP e a Desenvolvimento e Paz, organismo oficial de desenvolvimento internacional da Igreja Católica Canadense.

A Desenvolvimento e Paz apóia a ação do CAMP há vários anos.

Em 2004, oito jovens quebequenses realizaram um estágio de dois meses junto a comunidades e grupos atendidos pelo CAMP. Na ocasião os jovens moraram em casas de famílias, trabalharam nos empreendimentos solidários da comunidade estabelecendo desta forma um intercâmbio muito intenso. Durante a realização do estágio foram realizados encontros com participação dos estagiários, educadores do CAMP e membros das comunidades acolhedoras, onde foram socializados os aprendizados mútuos.

Agora é vez de jovens campistas realizarem o estágio na região de Montreal, província do Quebec, Canadá.

O estágio será coordenado pela Desenvolvimento e Paz com o apoio do Grupo de Economia Solidária do Quebec - GESC.

Também farão o estágio no mesmo período dois jovens da Guiné Bissau. Os estágios serão em organizações diferentes, mas dentro da temática da Economia Solidária. No momento o GESC está identificando organizações na região de Montreal que trabalham com economia solidária e em breve comunicará quais organizações irão acolher os dois representantes do CAMP e os da Guiné.

Formação

Em 2005, organizamos em parceria com outras entidades de educação popular um Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento, através do qual foram realizados dois encontros estaduais e alguns regionais com lideranças de diferentes comunidades e movimentos sociais. Em 2006, o

Programa deverá ter continuidade através da realização de encontros regionais e de três estaduais. Estes últimos serão realizados em Maio, Julho e Novembro na Casa da Juventude Marista, que foi disponibilizada pela AVESOL. Esses encontros deverão aprofundar o debate sobre os canais de construção de políticas públicas e iniciar reflexões sobre orçamento público e construção de diagnósticos tendo em vista o desenvolvimento local.

Gestão dos resíduos sólidos

Porto Alegre é pioneira na implantação de um sistema de coleta seletiva no Brasil. Durante anos foi referência na gestão dos resíduos sólidos domiciliares. Possui um aterro sanitário modelo, apóia entidades comunitárias e associativas que coletam e reciclam o lixo sólido. No entanto, a realidade exige novas soluções em função da complexificação da realidade do lixo, da crise de emprego e da crescente disputa comercial pelos resíduos que tem maior valor agregado.

Os agentes públicos e comunitários da cidade de Porto Alegre têm se preocupado com esta nova realidade. Frente a este quadro a Prefeitura de Porto Alegre, abriu um espaço de diálogo com diferentes atores interessados em buscar dar respostas a estes novos desafios.

O CAMP que, há mais de três anos tem acompanhado e apoiado à organização dos catadores e trabalhadores do lixo em Porto Alegre e no Estado, participa deste debate, contribuindo com sua experiência de educação popular e articulação na formulação da metodologia para garantir um processo participativo realmente democrático de maneira a se construir um modelo de gestão do lixo que responda aos interesses dos trabalhadores do setor, gestor público e sociedade civil de forma mais ampla.

Já foi definida a realização do Seminário Gestão Sustentável dos Resíduos em Porto Alegre, previsto para os dias 25 e 26 de abril, no qual o CAMP contribuirá na condução metodológica. A partir daí outras ações serão desencadeadas.

Coordenação

Coordenador de Projetos: Mauri Cruz
Coordenação Político-pedagógica: José Inácio Konzen
Coordenação de Auto-sustentação: Guaracy Cunha

Educadores Populares

Helena Bins Ely, Leonardo Toss, Márcia Falcão, Daniela Zílio e Rosimar Matos

Apoio Administrativo

Ana Arigoni - Secretária
Jorge de Leon - Administrativo
Sofia de Castro Souto - Apoio

Feiras no Estado

Em 2006 serão realizadas, em Porto Alegre – de 5 a 13 de maio, a VIII Feira Estadual de Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul e, em Santa Maria, de 7 a 9 de julho, a XIII Feira Estadual do Cooperativismo e a II Feira de Economia Solidária do Mercosul.

A realização destas Feiras vem contando com o trabalho de várias entidades do Fórum Estadual e fóruns regionais de economia popular solidária, alguns gestores públicos e com o apoio financeiro de instituições públicas e privadas, com ênfase para os Fundos de Miniprojetos.

A partir de 2005, a realização das Feiras de Economia Solidária passou a

contar com o apoio oficial da Secretaria Nacional de Apoio à Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, através do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil. Através deste Programa, a SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e com o Instituto Marista do Brasil (IMS) vem orientando e apoiando com recursos orçamentários do Governo Federal a realização de Feiras de Economia Solidária em dezoito estados do Brasil. A melhoria da infraestrutura destas feiras foi determinante para o avanço significativo dos resultados econômicos.



Comercialização aumenta nas feiras

Faturamento

A realização de duas feiras, Santa Maria e Porto Alegre mais a Feira de Natal da Economia Solidária, também realizada em 2005, no Largo Glênio Perez são referências de boas realizações que contribuíram para o fortalecimento da economia solidária, eventos que levaram a sociedade gaúcha a reconhecer que uma outra economia acontece.

A VII Feira Estadual de Economia Popular Solidária do RS foi realizada nos dias 20 a 24 de setembro, no Largo Glênio Perez, numa área de 1.400m².

Participaram da feira 160 empreendimentos, provenientes de 55 municípios. As despesas com a divulgação e infraestrutura da feira somaram em torno de R\$ 120 mil e o resultado do faturamento R\$ 200 mil. Já a V Feira de Natal da Economia Popular Solidária de Porto Alegre, também no Largo Glênio Perez, de 15 a 23 de dezembro, numa área de 300m², com 39 empreendimentos da região Metropolitana, obteve um resultado líquido de R\$ 99 mil para um custo total de R\$ 22.500 mil.

Imagem e resultados financeiros positivos

O Coordenador Pedagógico do CAMP, José Inácio Konzen, diz que, para que as feiras venham a se constituir em um espaço estratégico para o fortalecimento de uma imagem positiva da economia solidária e a produção de resultados financeiros e econômicos realmente positivos, é necessário que os trabalhadores e trabalhadoras se orientem pelas seguintes questões:

1- A realização sistemática de eventos, articulando feiras municipais, regionais, estaduais e nacionais, com datas progressivamente fixas para que se possa definir e divulgar num espaço de tempo adequado um calendário e, efetivamente, construir uma articulação entre elas;

2- A priorização dos aspectos objetivos e econômicos com o indicativo de que convém realizar as feiras regionais, estaduais e nacionais de cinco a sete dias consecutivos no início do mês mais adequado, em locais públicos e abertos de grande fluxo de pessoas, com uma organização que estimule e facilite a passagem dos visitantes por toda a feira, praça de alimentação e palco para atividades culturais e desfiles;

3- O processo de planejamento e organização das feiras deve começar com vários meses de antecedência, envolvendo e integrando os representantes dos empreendimentos de economia solidária, entidades de apoio e gestores públicos. Um bom indicativo de tempo é de que as condições necessárias para a realização do evento estejam definidas de quatro a seis meses antes da sua realização. Todo o planejamento e as principais questões da organização da feira como material de divulgação, programação e seleção dos empreendimentos devem estar concluídas entre dois meses ou no máximo 40 dias antes da sua realização;

4- A constituição e busca de convergência entre programas e políticas públicas de fomento à realização de feiras e as contribuições, através de patrocínios e apoios de instituições públicas e privadas, um pagamento progressivo de taxas de inscrição dos empreendimentos,

diferenciados, conforme o tempo de existência, grau de organização e o potencial de comercialização constituem condição essencial para a construção da sustentabilidade de um calendário permanente ;

5- Um processo de capacitação dos empreendimentos de economia solidária, priorizando os aspectos mais necessários para uma boa participação e um bom resultado com atividades antes, durante e depois da feira, visando: planejamento e qualificação da preparação dos produtos e serviços disponibilizados, a comunicação dos feirantes com o público visitante, a compreensão e o manejo adequado dos produtos e serviços no que se refere aos aspectos legais de tributação e segurança sanitária; qualificação dos custos de produção e a definição de preços, a ampliação e qualificação de ações solidárias entre os empreendimentos participantes da feira, estimulando e fomentando ações em rede entre os empreendimentos de um mesmo setor; como a definição dos produtos e preços que cada empreendimento vai expor; evitando uma concorrência não solidária assim como a organização de cadeias produtivas, aproximando e integrando empreendimentos rurais com empreendimentos urbanos;

6- A qualificação permanente de instrumentos de avaliação, sistematização e divulgação dos resultados buscando uma progressiva transparência no fornecimento das informações necessárias para uma boa avaliação do perfil dos participantes e dos resultados alcançados.

Através deste conjunto de questões, confirma-se que as feiras de economia solidária podem e devem desempenhar um papel estratégico para o fortalecimento da organização e viabilidade econômica da economia solidária. As feiras devem ser uma vitrine para a sociedade daquilo que a economia solidária se propõe. Um laboratório de vivência dos princípios e objetivos que ela afirma e uma oportunidade para a realização de bons resultados, finaliza Konzen.

Camp - Novo Projeto Institucional 2006 – 2012



Amplio espaço para debate e trabalho

O CAMP continuará sendo um agente coletivo orgânico que lutará por um projeto de mudança social, democrático, focando sua atuação na formação de sujeitos sociais transformadores – principalmente daqueles que participam de experiências concretas de alternativas de desenvolvimento sustentável.

Composição

O CAMP é composto por

sócios, comprometidos, de forma militante, com as causas históricas defendidas pela entidade. É coordenado por um coletivo de sócios que compõe a Comissão Dirigente formada por Presidente, Vice, Tesoureiro e Secretário, todos voluntários, sem remuneração. A Equipe Diretiva, composta por três sócios, é remunerada e tem a responsabilidade de executar os projetos e as diretrizes definidas pela Assembléia Geral. Possui uma

estrutura flexível, com um pequeno quadro de educadores permanentes. O CAMP ampliará sua política de voluntários, colaboradores na sistematização de conhecimento e na realização de parcerias com ongs, universidades, movimentos sociais e outros parceiros públicos ou privados.

Estrutura de gestão

O CAMP se organizará em torno de quatro espaços, cada um

com sua dinâmica própria: CAMP Programa Institucional, CAMP Parceria&Projetos, CAMP Produções e CAMP Campanhas e Mobilização.

O CAMP Programa Institucional conta com o apoio das agências de cooperação internacional, de recursos de auto-sustentação e de convênios nacionais. Seu foco está no apoio às experiências locais de desenvolvimento. O setor responde pela viabilização de iniciativas vinculadas ao Desenvolvimento Local Sustentável, formando agentes de desenvolvimento e acompanhando as articulações e ações de Economia Popular e Solidária. Nessa frente de atuação, figuram profissionais das áreas de educação, economia, administração, sociologia e comunicação. A relação com o CAMP é de militância social e envolvimento direto com os objetivos estratégicos da entidade.

A tarefa do CAMP Parcerias e Projetos está centrada no esforço para aprovação de projetos em instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais. Deve ter como base um quadro de técnicos e profissionais volantes e dispostos a atuar por tempo determinado em projetos específicos de capacitação e formação, comercialização, assessoria,

23 Anos

No último dia 27 de março, o CAMP completou 23 anos. Nestas mais de duas décadas voltadas à educação popular, desenvolveu atividades de formação, envolvendo milhares de trabalhadores urbanos e rurais, tendo como marca a solidariedade.

Importantes entidades foram criadas com a participação do CAMP, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Central dos Movimentos Populares (CMP).

Nesses anos, o CAMP marcou presença também na formação de

lideranças dos movimentos sociais, das pastorais populares e na organização autônoma de base dos trabalhadores urbanos e rurais.

Sede nova

Com um auditório para 50 pessoas, três salas para reuniões e amplo espaço de trabalho para a sua equipe de educadores, o

CAMP já está na sua sede nova, bem no centro de Porto Alegre, nos fundos do Mercado Público, na Praça Parobé, 130/9º andar, com uma bela vista para o Guaíba, próximo à rodoviária e a estação central do trem.

Venha nos visitar, tomar um mate ou café e abraçar velhos amigos.

planejamento estratégico, educação, sistematização entre outras áreas. É uma estrutura aberta a parcerias com instituições que compartilhem interesses com o CAMP.

Já o CAMP Produções tem sua atenção voltada à disputa ideológica na sociedade brasileira. Ocupa-se da reflexão, produção de conhecimentos, pesquisa, promoção de debates de caráter estratégico e publicação de textos, artigos, livros, documentários e de material audiovisual. Terá como núcleo uma equipe de sócios e voluntários. Contará com o respaldo das equipes ligadas ao CAMP e de parcerias com universidades e entidades de pesquisa.

O objetivo do CAMP Campanhas e Mobilização é fortalecer as mobilizações sociais em favor das lutas do povo brasileiro. Poderá organizar campanhas de arrecadação de recursos, materiais ou equipamentos, mobilizar para atos ou ainda apresentar projetos de apoio a movimentos sociais. A proposta aqui é de situar o CAMP como protagonista importante nos embates pela defesa de direitos.

Trienal 2006/2008

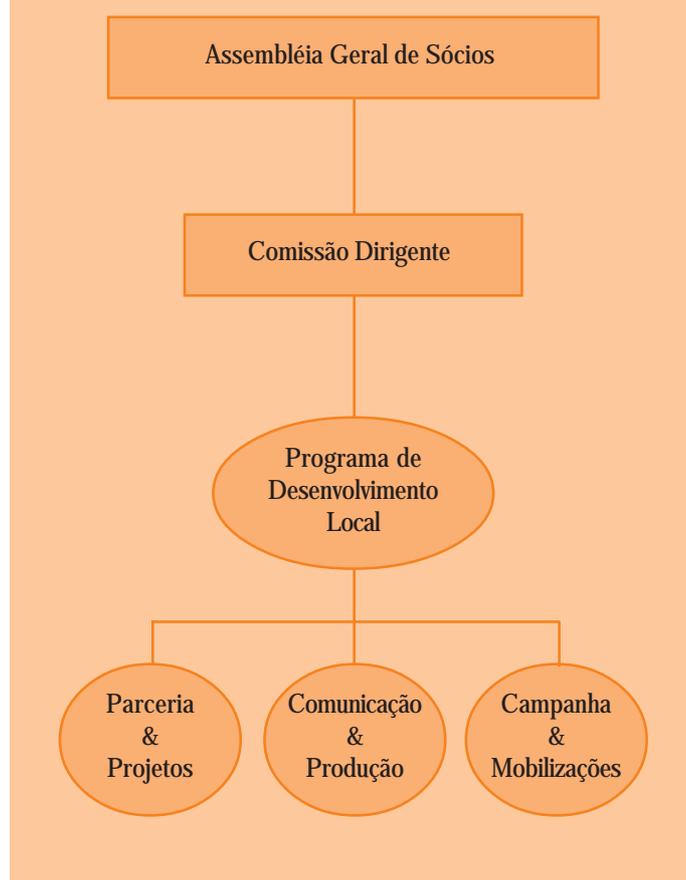
Com o Plano Trienal, o CAMP pretende contribuir para a emergência de novos referenciais de desenvolvimento através da experimentação de

alternativas concretas de superação do atual modelo, da sistematização de experiências locais, de produção de conhecimento e da formação de atores sociais com capacidade de incidência na disputa pela hegemonia e na viabilização destes novos referenciais de desenvolvimento.

No atual momento histórico brasileiro, as lutas sociais constituíram bandeiras específicas que, tornando-se políticas públicas, têm a capacidade de iniciar um processo de superação e exclusão da miséria. No entanto, essas políticas estão dispersas e os atores sociais que as defendem, não atuam de forma articulada. Para superar esse estágio de desarticulação, é necessário difundir na sociedade uma nova concepção de desenvolvimento que tenha a capacidade de unificar as mais variadas forças sociais, concretizar alternativas através da experimentação cotidiana, capacidade de fortalecer as estruturas locais e a articulação entre os atores públicos e privados de um mesmo território como protagonistas do seu próprio desenvolvimento e a capacidade de disputar a hegemonia contra o modelo neoliberal globalizante.



Estrutura organizacional



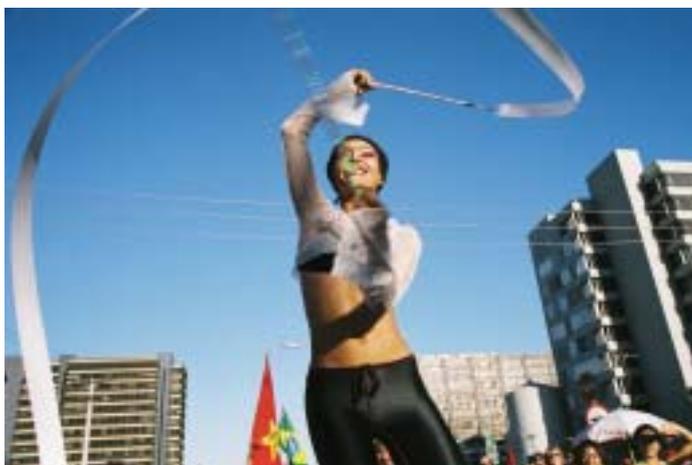
Diretrizes e Plano de Ação

Fomentar as experiências locais de desenvolvimento, fortalecer os processos de participação popular, contribuir na democratização da informação e produção de conhecimento são as diretrizes das ações do CAMP para os próximos três anos. Dentro dessas diretrizes o CAMP dará ênfase aos processos produtivos locais, principalmente no segmento de reciclagem. A democratização da gestão das políticas e dos recursos públicos — assim como a integração destas ações e dos atores locais — combate à estratégia da grande mídia que criminaliza a pobreza, estimula o individualismo e

determina que a classe mais favorecida tem o direito de subjugar os setores populares.

Também a produção de conhecimento, vinculada às experiências locais de desenvolvimento, revigora o poder local, a gestão democrática e a participação da sociedade no processo de transformação. A combinação desse processo de ação local com as redes regionais, nacionais e internacionais que fazem o debate sobre alternativas de desenvolvimento fortalece a solidariedade e exerce pressão internacional contra os mecanismos que mantêm o atual modelo de desenvolvimento.

Exposição fotográfica



Com exposições fotográficas no Fórum Social, em Caracas, na Venezuela e outra na Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas – Conic, realizado em Porto Alegre, em fevereiro, o CAMP mostrou um pouco do que foi o Fórum 2005, em Porto Alegre e a situação de desigualdade em que vive o povo brasileiro.

O Chamado das Ruas, Do Lado de Fora do Fórum - Porto Alegre, 2005, do fotógrafo gaúcho Ayrton Centeno, mostra os rebeldes de todas as causas – as mais libertárias, generosas e inclusivas – que tomaram as ruas de Porto Alegre, durante o último fórum na capital gaúcha. Além de afirmarem sua recusa a um mundo caduco, 150 mil deles atenderam ao chamado de construção de uma nova sociedade e fizeram, a céu aberto, seu esboço de outra humanidade possível.



Com painéis de dois metros de altura por um de largura, também com fotos de Ayrton Centeno, os participantes da Assembléia Mundial das Igrejas tiveram uma mostra da desigualdade social e econômica existente no Brasil. Esta mostra teve como promotor o CAMP e patrocínio do PAD – Plataforma de Articulação e Diálogo.



Consórcio Social da Juventude

Para responder as profundas alterações no mercado de trabalho, principalmente, em função dos impactos da intensa revolução tecnológica que afeta todos os trabalhadores, mas de maneira dramática e alarmante os jovens dos grandes centros urbanos, da periferia, está sendo lançado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dentro do Programa Primeiro Emprego, o Consórcio Social da Juventude.

Aqui no Rio Grande do Sul, o CAMP e mais 38 entidades serão responsáveis pela formação, em cursos profissionalizantes, de centenas de jovens de 16 a 24 anos. O CAMP inicia em abril duas turmas de 25 alunos cada com cursos de telemarketing e agente ambiental, reciclagem de papel. Também vai executar

para outras cinco entidades, aulas de Organização Social do Trabalho, um total 350 alunos, divididos em 14 turmas.

Os jovens participantes recebem um auxílio financeiro de R\$ 120,00 mês, durante os cinco meses de formação, mediante frequência mínima de 75 por cento e participação no trabalho comunitário.

O que é o Consórcio

Ele propõe a parceria entre o Governo Federal, a sociedade civil e o setor empresarial para formar e inserir jovens no mundo do trabalho. No Estado, instituições sociais, sediadas em 10 municípios, tendo a Escola José César de Mesquita, como responsável, estão oferecendo 83 cursos com duração de 400 horas cada um,



Fortalecendo a formação

mais 100 horas de trabalho voluntário.

O projeto dura dez meses e disponibiliza 2000 mil vagas de formação profissional e complementar, visando à inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social. O curso tem uma duração de cinco meses.

O Consórcio é regido por um Conselho deliberativo representado por entidades executoras. E também com os Conselhos Consultivos, formado por empresas, entidades representativas e universidades que acompanham e propõem melhorias na qualificação profissional e inserção.



Projetos mais estruturados

Curso de Elaboração de Projetos

Visando instrumentalizar movimentos sociais, ongs, entidades de classe, ocips e órgãos públicos sobre a execução e os passos para a sua concretização, o CAMP e o Movimento Nacional de Direitos Humanos promoveram, durante o mês de março, para

sessenta alunos, divididos em duas turmas, a primeira etapa do curso de Elaboração de Projetos.

Tendo como conteúdo programático a conceitualização, o como fazer, elaboração do projeto básico – passo a passo, a captação de recursos e os resultados alcançados, o curso foi dividido em três etapas, totalizando uma carga horária de quarenta horas.

Os educadores responsáveis pelo curso são: o sociólogo, Domingos Armani,

mestre em Ciência Política com grande experiência nacional e internacional como consultor de ongs, organizações sociais de igrejas, movimentos sociais, órgãos públicos e agências internacionais e a Pesquisadora Social, professora de Elaboração de Projetos da Famurs, Diretora de Projetos da Empresa Progettare e membro da Coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos/RS, Dóris Couto.

O CAMP deve realizar no segundo semestre mais um Curso de Elaboração de Projetos.

a capacitação

Decidindo um novo rumo para o Rio Grande

Ayrton Centeno

Todos nós crescemos ouvindo falar bem do Rio Grande. Se antes era o “Celeiro do Brasil”, depois sua indústria se afirmou e desenvolveu, conquistou mercados dentro e fora do país, as cidades gaúchas cresceram, o Estado se modernizou e investiu em serviços públicos qualificados, como a saúde e a educação, que construíram uma tradição de eficiência, de referência nacional.

Mas, de uns tempos para cá, este panorama mudou. Hoje, o Estado não está apenas estagnado. O Rio Grande regride. Não há dúvidas quanto a isso.

Em 2005, o Estado sofreu a maior queda de produção industrial de todo o país: menos 3,3%. É o que flagrou o IBGE. Enquanto o Rio Grande definhava, um Estado como o Amazonas, sem a mesma tradição industrial, cumpria uma trajetória inversa para avançar seis vezes mais (15,9%). Nos cálculos da Fundação de Economia e Estatística (FEE), vinculada ao próprio governo estadual, a perda atingiu 4,8%. Não houve nenhum tropeço de tal tamanho nos últimos dez anos.

Esse tombo foi agravado, diretamente, pelo megatarifaço com que o governo estadual golpeou as costas dos contribuintes ao aumentar em 20% as alíquotas do ICMS sobre energia elétrica, combustível e telefonia. Mas o feitiço se voltou contra o feiticeiro - o bumerangue retornou ao ponto de partida para atingir e fazer baquear a economia riograndense. Somente em 2005, 40 empresas do Vale do Rio dos Sinos fecharam suas portas e 14 mil trabalhadores viram seus empregos evaporarem.

Com soluções desse tipo - tão ortodoxas quanto pobres - o Estado drena bilhões do bolso dos gaúchos. Mesmo assim, prossegue empilhando déficit, não consegue investir e descarta de suas atribuições. Basta ver os cortes que fulminam a educação, o emprego, à assistência à infância e à juventude, as estradas, a saúde, a habitação, a agricultura, a pecuária. A segurança pública é um capítulo à parte. É onde as bravatas de campanha foram substituídas por uma inapetência que mergulhou a

gestão do setor num poço sem fundo, no qual se amontoam as vítimas de uma inédita escalada da violência que, todos os dias, mais e mais estarrece os gaúchos.

Tudo isso sem contar com o constrangimento imposto aos servidores estaduais, sem reajuste e submetidos à pitoresca contratação de um empréstimo para pagar o próprio 13º salário, única forma de receber em dia algo que lhe é devido por lei e direito, e não em conta-gotas. Mas nenhum desses problemas impediu que o governador do Estado, cavalgando esse fracasso, vendesse à nação o delírio de ser um administrador eficaz. O que explica essa contradição? A mídia gaúcha pode ser essa explicação.

MÍDIA

Confrontada com a ruína do Estado e a inépcia da administração, um quadro capaz de deprimir até as pedras do Palácio Piratini, a imprensa desde logo se dividiu diante do governo Germano Rigotto. Houve uma polarização entre a simples complacência e a clara conviência. E foi sobre essa abulia que Rigotto surfou o paradoxo de ser um gestor bisonho no seu Estado e, ao mesmo tempo, a autoproclamada figura da hora para salvar seu partido e o país.

Mas seria injusto atribuir apenas ao atual governador a conta pela tragédia. Não se trata de nomes. A raiz da crise é maior e penetrou fundo no solo do Rio Grande há mais tempo. Está, por exemplo, no modelo de desenvolvimento que faz os cofres públicos de um Estado falido jorrar recursos para grandes empresas. Ou na convicção deslumbrada de que o Rio Grande só avançará se subvencionar transnacionais com generosos incentivos fiscais. Também reside no desprezo pelo estímulo direcionado aos micro, pequenos e médios empreendimentos, que melhor irrigam a economia e geram mais empregos distribuídos por mais regiões. Está no abandono do desenvolvimento regional, sólido e sustentável e no esquecimento das origens do progresso do Rio Grande que tem sua matriz produtiva fincada na

agricultura familiar, nas cooperativas, nas agroindústrias, nos sistemas locais de produção. Essa visão equivocada que tolhe a capacidade do Estado de pensar, debater e produzir, junto com a sociedade civil organizada, políticas inovadoras e transformadoras dessa realidade e o deixa como uma estrutura oca, um sistema sem motor.

PODER

E isso tudo não começou nos últimos três anos. As forças que estão no poder agora são as mesmas que, unidas ou não, ocuparam o poder no Rio Grande em 38 dos últimos 42 anos. Atrás de Rigotto, está seu partido, o PMDB. Com Pedro Simon, Sinval Guazzelli e Antonio Britto (eleito como peemedebista e nesta condição até o último dia do seu governo), o PMDB vai fechar três gestões no comando do Estado. Ou seja, em 12 dos últimos 20 anos, foi o PMDB que governou, fez acordos, tomou decisões e optou por políticas para conduzir o Rio Grande ao estado em que se encontra. Entre elas, vale lembrar, a renegociação da dívida gaúcha no período Britto, trombeteada como um negócio extraordinário. A mesma vibração saudou a Lei Kandir, aprovada euforicamente em 1996 pelo PMDB gaúcho, e hoje, paradoxalmente, execrada por Rigotto - e pelo PMDB! - tanto quanto a renegociação da dívida. Justamente, o mesmo Rigotto que subiu à tribuna da Câmara, quando deputado federal, para louvar o governo Britto definindo-o como o mais importante da história do Rio Grande...

Vale lembrar que, junto com

Britto e Rigotto, o PP é governo. O mesmo PP que, num eterno jogo de esconde-esconde com o eleitor, antes se chamava PPB, que antes se chamava PPR, que antes se chamava PDS e que antes se chamava Arena, o partido encarregado da etiqueta civil do regime militar. Como Arena ou PDS, o PP esteve no governo gaúcho - ininterruptamente - durante 22 anos! Inimigo político nos tempos pré-redemocratização, ganhou o status de aliado fiel do PMDB para governarem juntos e defenderem o mesmo modelo - frustrado - de desenvolvimento.

VOTO

Neste ano, quando todos seremos convocados, novamente, a avaliar erros e acertos, será fundamental perceber, por trás do candidato, quais as forças que o acompanham. Qual o modelo que tais forças historicamente defendem e implantam? Como se portaram no exercício do poder? Como responderam, na prática, às questões levantadas pelos movimentos sociais? Qual o compromisso, baseado nos fatos, que possuem com a transformação da dura realidade que aflige a todos os gaúchos? Sem formular - a si próprio - essas perguntas, o Rio Grande irá novamente comprar mágica eleitoral em vez de solidez de propostas e de propósitos. Mas, ao contrário, se todos tivermos as perguntas e as respostas que a vida, a experiência e a história já nos ensinaram, a cidadania vai retomar nas suas mãos o destino de justiça, democracia e prosperidade para o Rio Grande.

